

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.405.932 - MT (2018/0313385-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : EIG MERCADOS LTDA
ADVOGADO : MARCIO CRUZ NUNES DE CARVALHO - DF017147
AGRAVADO : SANTOS TREINAMENTO E CAPACITACAO DE PESSOAL
LTDA - EPP
AGRAVADO : ANTONIO EDUARDO DA COSTA E SILVA
AGRAVADO : ROQUE ANILDO REINHEIMER
ADVOGADO : ANTONIO EDUARDO DA COSTA E SILVA (EM CAUSA
PRÓPRIA) E OUTROS - MT013752

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por EIG MERCADOS LTDA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de EIG MERCADOS LTDA, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao Dr. Davidson Galhano Scofield, subscritor do recurso especial.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda, percebeu-se, nessa Corte, a irregularidade na representação processual do recurso, razão pela qual houve a intimação da parte Recorrente para que o referido vício fosse sanado. Apesar disso, mesmo tendo sido regularmente intimada para efetuar o saneamento, a parte não regularizou, uma vez que o substabelecimento juntado à fl. 877, não foi suficiente para completar a cadeia de representação outorgando poderes ao subscritor do recurso. Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente

regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

